

**A pornografia brasileira e a memória esquecida: revistas eróticas e pornográficas na ditadura militar (1964-1985)****Anderson Francisco RIBEIRO\***

**Resumo:** O campo da cultura brasileira, durante o período do regime militar brasileiro (1964-1985), foi aos poucos invadido por determinados tipos de publicações desconcertantes: as revistas eróticas e pornográficas. Estas revistas de ficção ajudaram a configurar e a constituir as identidades, especialmente no que se refere à questão da sexualidade e da masculinidade brasileira, estabelecendo canais de negociação na modernização dos costumes, em meio a uma reforma conservadora. Diante desta situação, diluídas em uma área cinzenta de um processo mais complexo e contraditório, vários enunciados oriundos da sociedade tentaram criar um discurso “verdadeiro” sobre o sexo, que acabou assimilado pelo mercado. Com base no pensamento histórico genealógico de Michel Foucault, pretende-se indicar que a pornografia como “desordem do discurso” abriu espaço para questionar as tentativas de fundar um discurso homogeneizante de masculinidade no Brasil. Entre os periódicos, *A revista do Homem* (1975) se destaca como o elemento principal dessas “memórias esquecidas”.

**Palavras-chave:** Pornografia. Identidade. Masculinidade. Ditadura Militar. Playboy. Ficção.

**The brazilian pornography and the forgotten memory: erotic and pornographic magazines in military dictatorship (1964-1985)**

**Abstract:** The field of Brazilian culture, during the period of the Brazilian military regime (1964-1985), was gradually invaded by certain types of baffling publications: erotic and pornographic magazines. These fiction magazines helped to shape and form identities, especially regarding the issue of sexuality and Brazilian masculinity, establishing trading channels in the modernization of habits, amid a conservative reform. Thus, diluted in a grey area of a more complex and contradictory process, various statements coming from the society tried to create a “real” discourse on sex, which was eventually assimilated by the market. From the genealogical historical thought of Michel Foucault, we seek to indicate that

---

\*Doutorando em História pela UNESP - Assis – SP – Colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão, Brasil. Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.303-100 – Campo Mourão – PR. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: andersonkingao@gmail.com

pornography as “disorder of speech” made room for questioning attempts to establish a masculinity homogenizing discourse in Brazil. Among periodicals, *A revista do Homem* (1975) stands out as the main element of these “forgotten memories”.

**Keywords:** Pornography. Identity. Masculinity. Military Dictatorship. Playboy. Fiction.

## Introdução

“Interpretaram mal a abertura. É preciso abrir sem arreganhar!”

(Cassandra Rios apud PRIORE, 2011, p.191).

Nada poderia definir melhor a problemática das identidades masculinas e o lugar da pornografia na sociedade brasileira do que a mencionada frase de Cassandra Rios. Essa analogia pode ser aplicada a esse conturbado, estranho e significativo momento do processo da abertura política, aliada à intensa invasão dos materiais erótico-pornográficos no Brasil, como revistas e filmes *softcore* e *hardcore*, catecismos, fotonovelas explícitas e HQ's de sexo, pois levaram a escritora de livros eróticos a condenar o excesso da liberação sexual e da pornografia.

A partir desse cenário, observa-se a produção de um grande número de discursos, na maioria das vezes desconexos, sobre o papel do homem, da mulher e da sexualidade. Clima de contrastes, que mostraram imagens de nudez, fotografias eróticas ou desenhos pornográficos e que impuseram algumas fisionomias (como a da felicidade e do prazer), cenas (como a do cotidiano, da burguesia ou da realeza), expressões corporais (como de agilidade e elegância), ambientes (nacionais, em especial), diferenciações psicológicas dos personagens, ações (romantismo, sensualidade e violência), mudanças gestuais (corpos), diferenças de traços (desde o copiar de revistas até desenhos realísticos inspirados nos *mangás* japoneses) e de regras de composição de personagens, em uma constante luta de poderes na consolidação de uma indústria cultural, impondo sistemas de exclusão e repressão em uma rede de produção, destruição e consumo legais e ilegais de periódicos.

Em meio ao tecido urbano, discursos médicos, legislativos, jornalísticos, biológicos e religiosos ajudaram a compor uma guerra contra a invasão estrangeira do sexo, e impor uma modernização conservadora dos costumes, relacionando conceitos de controle social por meio de mecanismos de biopoder e biopolítica baseados na realidade, na vida, na “moral e bons costumes”, no progresso, no bem-estar e na paz social.

A indicação de temas/temáticas, pelos editores, desenhistas e roteiristas, com a categorização de expressões, mostra horizontes de tensão entre o normal e o anormal na composição de capas, artigos e reclames, em um processo que a identificação do leitor, em

sua busca de ser reconhecido, o leve a tentar se enquadrar nos padrões de consumidor e “homem moderno”. Como já havia apontado Simone de Beauvoir, acerca do papel da mulher na sociedade, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, da mesma forma, o “ser homem” é uma condição criada histórica e socialmente para a afirmação das identidades, já que também não se nasce homem, torna-se um.

O novo campo na historiografia, que estuda as relações entre “História e Gênero”, trouxe diversas contribuições aos historiadores que procuravam, há algum tempo, formas para a compreensão da configuração social da diferença sexual. Trata-se de um questionamento das raízes epistemológicas da distinção sexo/gênero na qual o próprio sexo aparece como construção cultural (BUTLER, 2008). Assim, novas definições que questionam as relações de gênero nos mostram que a existência de associação entre a subjetividade e as questões biopolíticas e ecológicas, na composição de gênero, como aponta Beatriz Preciado, devem ser questionadas, já que:

O gênero (feminilidade/masculinidade) não é nem um conceito, nem uma ideologia, nem uma performance: se trata de uma ecologia política. A certeza de ser homem ou mulher é uma ficção somaticopolítica produzida por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades somáticas funcionando como filtros que produzem distorções permanentes da realidade que nos rodeiam. O gênero funciona como um programa operativo através do qual se produzem percepções sensoriais que tomam a forma de afetos, desejos, ações, crenças, identidades. Um dos resultados característicos desta tecnologia de gênero é a produção de um saber interior sobre si mesmo, de um sentido do eu sexual que aparece como uma realidade emocional evidente da consciência: <<Eu sou um homem>>, <<Eu sou uma mulher>>, <<Eu sou heterossexual>>, <<Eu sou homossexual>> são algumas das formulações que condensam saberes específicos sobre si mesmo, atuando como núcleos biopolíticos e simbólicos duros em torno do qual é possível aglutinar todo um conjunto de práticas e discursos. A testosterona corresponde, junto com a oxitocina, a serotonina, a codeína, a cortisona, o estrogênio, o Omeprazol, etc. o conjunto de moléculas disponíveis hoje para fabricar a subjetividade e seus afetos. (PRECIADO, 2008. p. 84, tradução nossa)

Nesse sentido, o estudo aqui revela que, além destes aspectos químicos e psíquicos sobre a masculinidade, espera-se do homem, certos saberes e práticas. Duas guerras mundiais e diversos conflitos do período levaram os homens a ver e viver a sua cultura e sexualidade de forma diferente das épocas anteriores, em razão de uma mudança traumática que impôs uma nova condição: a de que se tornassem “novos homens”. O leitor desse período se identifica com o olhar fulminante da modelo da revista, que vê, assim como seu *voyeur*, um objeto a ser desejado e consumido. Dessa forma, para comprovar sua predileção pela masculinidade hegemônica, o homem deve usufruir da pornografia.

Assim como aponta Michel Foucault, no primeiro volume de *História da Sexualidade* (1993), na sociedade Ocidental moderna, a sexualidade situa-se na configuração de uma *scientia sexualis* (ciência sexual) desenvolvida para dizer uma verdade no sexo, verdade entendida como construtora de normatividades (pelas formas de saber) e normalidades (pelas forças de poder). Essas normatividades aparecem na revista como forma de legitimá-la e legitimar seu discurso oficial de sexualidade e único sobre a masculinidade, ou seja, a revista erótico-pornográfica dá, ao leitor, mecanismos para intervir e alterar a sua própria identidade. Da mesma forma, a normalidade, entendida como uma imposição, marcada pela tensão entre os dispositivos legais do governo e a visão da identidade individual, mostra um contraponto de poder, que tenta se apropriar e controlar o prazer do leitor, seja pela adição de leis para dificultar as publicações, seja pelo controle do que pode ou não ser publicado.

Tais relações sugerem que a pornografia e o erotismo se tornaram uma constante guerra entre as forças de saber e as forças de poder. Essa problemática revela que os posicionamentos históricos, sociológicos e psicanalíticos, em relação ao masculino/feminino, remetem a perguntas que interferem no modo como entendemos e nos relacionamos com nosso mundo e nossa identidade sexual: “[...] Apelamos à anatomia, mas ela não é suficiente para nos proteger da questão ‘o que o Outro quer de mim?’” (POLI, 2007 p. 11).

Entre as formulações do eu, possíveis no período, para se tornar um determinado tipo de homem, como o *playboy*, por exemplo, é preciso muito talento, treinamento e dedicação em tempo integral. Há obrigação de trabalhar, consumir e divertir-se. A pornografia seria, neste aspecto, um importante elemento de identificação com esse universo masculino, já que ela veicula todas as informações necessárias para se tornar um *playboy*. Esse modo de vida está aliado às mudanças da vitória do Capitalismo sobre a vida, assim como evidencia Guy Debord, em *A sociedade do espetáculo*:

Sua tese central é que na sociedade industrial moderna, na qual o capitalismo triunfou, e a classe operária foi (pelo menos temporariamente) derrotada, a alienação — ilusão da mentira convertida em verdade — monopolizou a vida social, transformando-a numa representação em que tudo o que é espontâneo, autêntico e genuíno — a verdade do humano — foi substituído pelo artificial e pelo falso. Nesse mundo, as coisas — mercadorias — passaram a ser os verdadeiros donos da vida, os amos que os seres humanos servem para assegurar a produção que enriquece os proprietários das máquinas e as indústrias que fabricam tais mercadorias. “O espetáculo”, diz Debord, “é a ditadura efetiva da ilusão na sociedade moderna” (proposição n.º 213). (VARGAS LLOSA, 2013, p.12).

Os homens desse período encontram na pornografia uma realidade aquém da realidade social, dos problemas políticos e das mudanças culturais pensadas e produzidas pela esquerda. Um mundo no qual os homens e as mulheres seriam perfeitos em todos os

sentidos (sobretudo no quesito da beleza) e fosse possível adquirir todos os objetos supostamente necessários para viver uma vida plena, confortável e feliz. Mesmo os homens que não se identificam com esse artefato cultural – a revista erótico-pornográfica – acabaram por se identificar a partir dela, afirmando não gostar de pornografia; já que, sendo uma pessoa seguidora da religião, da “moral e dos bons costumes”, a sociedade o vê como um “homem de bem”, que contribui para a construção de uma vida voltada a aspectos de normalidade.

Os vários setores do Brasil neste momento não sabiam como agir em relação à nova pornografia, nem como ela seria sentida na cultura. Utilizando-se de categorias propostas por Michel Foucault, a de “deixar a nu”, ou seja, mostrar os jogos da verdade sobre o sexo, como apresenta em *A história da sexualidade* (1993), demonstrar como autores, editoras, leitores foram mediadores que colocaram suas verdades, seus referenciais e seus interesses em primeiro plano na produção de um discurso sobre a masculinidade no Brasil. Nesses periódicos ficaram expostas algumas fórmulas que rearticularam discursos proferidos, mostrando que não há uma memória homogênea, mas sim rupturas e permanências nessa guerra de definições.

Todo o material ali se torna discurso, desde o texto ao projeto gráfico (capas, imagens, iconografia, diagramação), assim como os processos de negociação, a conjunção de certos espaços discursivos e as representações da(s) identidade(s) brasileira(s) como produtos simbólicos em circulação. O que está em jogo é um processo de reforma, de modernização. Os conteúdos das revistas demonstram dúvidas, reticências e hibridismos que revelam dificuldades, consensos, digressões e divergências da própria ideia de masculinidade e da sexualidade da sociedade brasileira.

O artigo propõe que, para entender a construção das identidades, é necessária a análise desse grande número de fontes desprezadas pela maioria da academia, que fizeram parte do cotidiano de milhares de homens e mulheres, pois estes não só consumiram, mas interferiram no processo de composição, aceitação e circulação de diversos tipos de revistas. Formatos, qualidade de material, nível de informação e narração diferentes também podem ser notados. Dessa forma, pode-se dividir em dois períodos o objeto central deste estudo: as décadas de 1960-1970, com discursos a respeito da pornografia – a partir de publicações sobre o sexo e revistas masculinas eróticas, veladas – e a década entre 1970-1980, com a abertura política que torna a produção mais *hardcore*.

A necessidade de se discutir a pornografia se deve, inicialmente, por ter sido parte de uma rede intensiva de discursos, relacionada a sistemas de prazer e poder, demonstrada a partir de seu lugar na sociedade brasileira, sendo por vezes, proibida, rearticulada e ressignificada durante toda a época da ditadura militar. Nesse sentido, a frase de Cassandra

parece mostrar uma necessidade de delimitar um determinado discurso. Pode-se observar que, desde a *Marcha da família*, assim como desde as discussões de vários grupos conservadores anteriores ao golpe de 1964, aliaram a pornografia a uma ideia comunista, na tentativa de dar mais ensejos para a contenção das mudanças políticas, culturais e sociais que estavam em ebulição e aconteceriam no país:

[...] Os opositores do governo Jango usaram referências simbólicas para caracterizar o “inimigo comunista”, como a alusão aos símbolos católicos, relacionando o comunismo à sombra, às trevas, ao medo e ao terror, dizendo-o capaz de destruir os três pilares da sociedade livre: Deus, Pátria, Família. (PRESOT, 2011, p.75).

Do ponto de vista moral, a pornografia, assim como o comunismo, poderia acabar com a sociedade, sendo necessária a intervenção por parte do governo. Percebe-se que essa disseminação de discursos contra e a favor da pornografia aconteceu de forma rápida, e fora discutida em toda a rede social da época. Revistas e jornais estamparam em suas páginas, tanto nas capas quanto em seus editoriais, a utilização de dados econômicos, discursos políticos e propagandas, no intuito de esclarecer para o público seu ponto de vista autorizado acerca da mulher, da política, da moral, do homem e do sexo.

Da mesma forma, por intermédio das cartas de leitores, as revistas deram voz às opiniões de grandes personalidades e de pessoas comuns. As imagens como capas, reclames e pôsteres das revistas ajudaram a perceber a fotografia como “imagem/documento”, ou seja, a materialidade passada – objetos, pessoas, lugares e as condições de vida, moda, infraestrutura urbana, condições de trabalho, etc. – e como “imagem/monumento”, como um símbolo, daquilo que no passado, “a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro” (MAUAD, 1996, p.80), mostrando que as fotografias das revistas possuíam uma determinada visão de mundo e se inseriram em meio a tensões sociais que envolviam texto e contexto:

Os textos visuais, inclusive a fotografia, são resultado de um jogo de expressão e conteúdo que envolvem, necessariamente, três componentes: o autor, o texto propriamente dito e um leitor. Cada um destes três elementos integra o resultado final, à medida que todo o produto cultural envolve um *locus* de produção e um produtor, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere, e por fim um significado aceito socialmente como válido, resultante do trabalho de investimento de sentido. (MAUAD, 1996, p.80).

Esses sentidos se mostraram de forma diversa. As multiplicidades de discursos se deram em um momento em que a indústria cultural começava a se instalar no Brasil. Com a possibilidade de saber o que se passava no campo da sexualidade, editores, quadrinistas e leitores tentaram, por várias vezes, situar seu posicionamento sobre a situação do sexo no Brasil, tornando-o um problema a ser resolvido. Luiz Retamozo, quadrinista da editora Grafipar, relatou: “Estamos em 1978 e as frustrações políticas se somam às repressões sexuais. Uma geração castrada vai às bancas pegar o que perdeu nas escolas. O erotismo marca sua presença com firmeza, a chacota é eleita rainha da festa [...]”. E continua: “O sexo em quadrinhos até hoje descansou no leito dos preconceitos. Confundir erotismo com pornografia é uma das tônicas preferidas pelos donos da verdade” (Revista *Eros-Quadrinhos Eróticos*, nº 01, 1978, p. 2). Assim como o sexo, o erotismo e a pornografia, foram associadas à subversão, ao passo que, nesse momento, pode-se notar a mudança na percepção das ideias e discursos, especialmente as relacionadas com as reflexões da política de esquerda.

Com a edição do Ato Institucional n. 5, pelo Presidente Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, a censura se adensa, espalhando-se por todo o país e atingindo todos os meios de comunicação, mas, ao mesmo tempo, dando ensejo ao aparecimento de uma imprensa alternativa, como *O Pasquim* e, às vezes, publicações autorizadas pelo governo, como no campo da educação sexual, conforme aponta Zuenir Ventura, em *1968: o que fizemos de nós*:

Um passeio pelas livrarias do país em 68, tal como fizera Caetano pelas bancas de revistas em Alegria, Alegria, não chegou a reforçar essa impressão de que a nossa revolução sexual não começou na cama, mas nas prateleiras; pela teoria, antes prática. Em cada três livros, garantia uma pesquisa, pelo menos um tratava de questões sexuais. Em março, Carmen Silva constatava na revista *Cláudia*: “O sexo se converteu em tema de palestra, em diálogo social, em bate-papo em mesa de bar”. [...] Saber se os estudantes tinham ou não direito à educação sexual nas escolas era uma questão nacional. Quando foi apresentado no Congresso um projeto prevendo a obrigatoriedade do ensino a revista *Realidade*, sensível termômetro das tendências da época, preparou uma grande pesquisa. “É tal a importância do assunto que ninguém, independentemente de sua idade, sexo ou estado civil, pode deixar as perguntas sem resposta.”. As resistências retrógradas exigiam curiosos álibis pedagógicos como estratégia de avanço. Para fazer passar o seu projeto na Comissão de Justiça, a autora, deputada Júlia Steimbruck, usou como recurso o argumento de que “os hippies e os homossexuais existem porque não tiveram educação sexual”. (VENTURA, 2008, p.32-33).

A partir de 1968, as bancas começariam a estampar, cada vez mais, revistas de cunho erótico e também pesquisas sobre o assunto, como a pílula anticoncepcional, o casamento, o sexo, as modalidades sexuais, as posições e suas variações. Tanto a grande

imprensa, como a imprensa alternativa ajudariam a incorporar as discussões necessárias para o estabelecimento das confusões discursivas sobre a sexualidade no Brasil. Assim também, homossexuais, travestis e todo um universo desconhecido de sexualidades ganhavam visibilidade com o lançamento do jornal o *Lampião de Esquina*, por Aguinaldo Silva, em 1978, que permite se ter uma ideia da zona cinzenta de discursos múltiplos:

Em abril de 1978, em conjunto com Peter Fry, Jean-Claude Bernardet, Darcy Penteado, João Silvério Trevisan e outros artistas e intelectuais, Aguinaldo Silva lançou o primeiro número do jornal o *Lampião*, uma publicação inicialmente voltada para a defesa dos direitos das minorias em geral e que acabou por concentrar-se especialmente na defesa dos direitos dos homossexuais. O nome da publicação, em seu primeiro número, era *Lampião de Esquina*, uma referência tanto à vida das ruas, à vida noturna, como ao rei do cangaço – Virgulino Lampião. A edição era de dez mil exemplares e a publicação era vendida em todo o país. (REIMÃO, 2011, p.79).

Nesse momento, iniciam-se discussões quanto aos problemas morais causados por outro tipo de periódico: a revista erótico-pornográfica, como as pequenas revistinhas de Carlos Zéfiro (década de 50 a 80), os chamados *catecismos*, os quadrinhos (HQ) e as revistas estilo *Playboy*, *Penthouse*, *Private* e *Hustler*. Diversas leis, normas e decretos foram produzidos pelo governo para o controle de sua produção, distribuição e consumo. Com isso, é grande o número de revistas que começaram a ser produzidas, direcionadas especificamente ao público masculino, como a revista *Fairplay* (1966), *Ele Ela* (1969), *Status* (1974), *Lui* (1974), *Homem* (1975), que fizeram nascer no Brasil a relação entre o erotismo e a masculinidade, criando uma rede de leitores-consumidores.

A consolidação desse tipo de revista se deu com o aparecimento de *A revista do Homem* (1975), futuramente revista *Playboy* (1978), lançada pela editora Abril que percebeu haver espaço para o lançamento de uma revista nos moldes da *Playboy* americana, já que havia um vácuo no mercado editorial para essa publicação, assim como um sentimento de abertura política. Acabou por se tornar a principal revista masculina voltada para a formação das identidades dos homens, durante todo o resto do período militar e depois dele, em um sistema no qual seria o único tipo de revista realmente aceita pela grande maioria da sociedade.

Nesse permeio, surgiram, no Brasil, algumas editoras que seguiram um padrão diferente, incorporando outras discussões, e trouxeram novas formas de produzir erotismo e pornografia, como as editoras Edrel (1966-1975), em São Paulo-SP, e a Grafipar (1977-1984), em Curitiba-PR, que reuniram diversos artistas, desenhistas, roteiristas que misturaram, nas revistas em quadrinhos (HQ), altas doses de terror com grandes pitadas de



erotismo e de ficção científica. Dessa forma, solidificava-se no Brasil, por meio dos editoriais de tais revistas, a discussão sobre o sexo, a ficção e os quadrinhos nacionais.

Logo nos primeiros números das edições das revistas se apresenta um novo projeto de masculinidade hegemônica. Em *A Revista do Homem*, de 1975, essa preocupação é evidente, assim como aponta o editor Victor Civita: “Uma Nova Revista. Um país novo. Um novo homem. [...] Nada disso quer dizer que a Revista *Homem* seja proibida às mulheres. Mas, elas que nos perdoem – desta vez a revista é sua, homem brasileiro”. (*A revista do Homem*, nº 1, ago. 1975, p.3). Isto demonstrava o lugar reservado apenas ao homem na revista, o que impôs, ainda, uma continuação dos rastros de uma sociedade desigual, patriarcal e machista. O escritor e jornalista Nelson Rodrigues mostra que o palavrão, por exemplo, tornou-se uma nova ação, um novo comportamento, e seu uso deveria ser vedado às mulheres:

[...] Eu me lembro da geração anterior. Havia uma cerimônia entre o brasileiro e o palavrão, havia como que uma solenidade recíproca. O palavrão tinha sua hora certa e dramática. Vejo hoje, meninas, senhoras, de boca suja e nas melhores famílias. Diria que o palavrão se instalou entre os usos mais amenos e familiares da cidade. (RODRIGUES apud PRIORE, 2011, p.176).

Esse “novo homem” nasce, portanto, durante esse período de grande crise política e social, da disputa entre um novo ideal de masculinidade e dos novos discursos sobre as mulheres, que começaram a tomar posicionamentos nada tradicionais. As mudanças podem ser observadas desde o golpe militar até a gradativa abertura política, e impuseram tensões e concorrências, bem como manifestaram novas definições de sexualidade, novos códigos de conduta e novas formas de se relacionar. Nesse momento é criada uma nova rede de discursos ficcionais, pseudocientíficos e científicos sobre o sexo e a masculinidade, na tentativa de definir o homem tal como ele é. Diante dessa análise, percebe-se a necessidade de desconfiar da pretensa nitidez do significado da pornografia.

Esse problema pode ser visualizado em diversos jornais e revistas do período, que demonstraram estar lado a lado ao processo de abertura política, na tentativa de definir o erótico como aceitável e o pornográfico como não aceitável.

É preciso se ater à existência dos diversos gêneros que investem na sexualidade, e saber distinguir escrita pornográfica, práticas verbais, “histórias obscenas”, canções lascivas, insultos e manuais de educação sexual. Saber que esses significados são históricos e diferentes dos termos hoje existentes ajuda a entender melhor a situação. Erótico, pornográfico, obsceno, sensual, subversivo, erótico-pornográfico, pornográfico-

erótico, sexo e amor, sexo pelo sexo, amor, masoquismo, sadomasoquismo, são palavras que instigaram discursos, regulamentações e novas formas do saber.

Diversos jornais, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário do Paraná*, *Estado do Paraná*, mostraram uma preocupação constante da Polícia Federal, que iniciou uma caça da pornografia em todo território nacional, e dos diretores e professores que confiscavam essas revistinhas dos alunos, vendidas em qualquer banca de jornal. Uma notícia do jornal *Diário do Paraná*, em setembro de 1971, com a chamada “Alerta contra pornografias”, mostrava que agentes da Delegacia de Costumes de Curitiba estavam tentando desmantelar uma rede de traficantes de revistas pornográficas em estabelecimentos de ensino do grau colegial: “[...] Alegam os responsáveis por colégios e ginásios que seus estabelecimentos, nas últimas semanas estão sendo invadidos por revistas pornográficas e eróticas. Alunos de *ambos os sexos*, cujas idades variam de 11 a 15 anos, eram vistos manuseando tais publicações clandestinas.” (Jornal *Diário do Paraná*, 5 set. 1971, grifos nossos).

Valendo-se dessas opiniões é possível constatar a tentativa de estabelecer uma diferenciação de leitores, seja em grau de competências de leituras, seja pelo sexo do leitor, ou ainda, seja pela necessidade de consumo destes setores da sociedade. Perante a imposição de um discurso de controle, em busca de homogeneizar a masculinidade, no qual o homem aparece como peça fundamental na criação de uma identidade única, estável, de homem moderno, a “caça” à pornografia se tornou uma rotina nas escolas. As revistas eróticas e pornográficas eram parte de um conhecimento secreto do universo adulto masculino, do qual os jovens adolescentes e as mulheres não deveriam participar.

Nesse sentido, para desconfiar dessa aparente unidade discursiva, será necessária a utilização do estudo da genealogia foucaultiana, com a intenção de esclarecer e deixar a nu tais discursos. Da mesma forma, se a pretensão é desfazer a visão da identidade única e estável, é preciso ver as diversas “pornografias” existentes, que mostram formas fragmentadas e múltiplas dos papéis definidos para o homem. Ele poderia ser visto como viril, como centro das histórias que o tomam como um herói, ou mesmo um homem comum, conhecedor da *psique* feminina que, às vezes, é mostrado nos moldes da paródia, do riso e da comédia como uma pessoa simples, um aventureiro viajante, como ocorre nas narrativas de Carlos Zéfiro.

Com as mudanças editoriais da década de 70, além dessa definição do “homem macho”, chega ao Brasil o ideal estrangeiro de normalização do “homem moderno” a partir da revista *Playboy*, da qual, as grandes editoras adaptariam seu discurso, como aquele que seguiria a “Filosofia do *playboy*”, ou seja, um ser distinto, e com uma formação cultural diversificada, do qual ele é o especialista e consumidor que detém o saber sobre as

melhores bebidas, as mulheres mais bonitas, os carros mais rápidos e confortáveis, os cigarros que dão maior prazer e as músicas mais *Cults*:

“Temos sido acusados de liderança de um culto de irresponsabilidade e de contribuir para o declínio do mundo ocidental. Negamos isso.” Com essas palavras, surgia o primeiro artigo em série do diretor-editor Hugh Hefner, intitulado “A Filosofia do Playboy”. Isso foi em dezembro de 1962. Nos meses e anos que seguiriam, Hefner descrevia integralmente o que significa ser playboy, discutiria a diretriz editorial da revista e resumiria finalmente a herança da repressão sexual suportada pela maioria dos americanos modernos. [...]. (WALKER, 1974, p.152).

Com a abertura política e econômica, junto à consolidação de um mercado consumidor, chega ao Brasil uma expansão de discursos por ora contraditórios, demonstrando que “ser homem” é uma identidade móvel e flexível, cambiada, negociada, híbrida em diálogo entre tradição e modernidade, com a invasão estrangeira do sexo.

“Ser Homem” poderia, ainda, significar ser visto de forma exagerada, em que o homem estaria resumido na luta em perseguir, conquistar e sanar o seu desejo por meio da ficção, pelos belos traços dos quadrinistas, em um mundo onde as mulheres são livres para sentir prazer, por intermédio de relações sexuais ou de perversões sexuais. Nos quadrinhos, com uma pitada de cultura brasileira, misturados com os *mangás* japoneses, o homem seria um viciado em sexo, como está representado nas revistas em quadrinhos das editoras Edrel e Grafipar.

Esse leque de representações masculinas traz, por intermédio das revistas, informações importantes sobre as diferenciações sociais, e permite entender melhor os esforços de normatização e ressignificação, assim como as mudanças de convenções sobre sexualidade e gênero. A pornografia nos possibilita mostrar como a sociedade cria um complexo sistema de poder entre o agir, o ver, o ter prazer e o sentir. Isso já fora apontado por diversos historiadores, como Robert Darnton, este que deu à pornografia a atenção devida como um objeto legítimo de conhecimento. Assim, proporciona ao historiador o espaço para melhor compreender a sociedade, no sentido do que aponta Nuno Cesar Abreu:

Uma discussão sobre pornografia pode ganhar em consistência se for tratada como um item da história social, o que implica por um lado, situá-la como fenômeno psicológico (que pode ser entendido como impulso primal ou como sintoma de deformação) e, por outro, distinguir a produção e o consumo de material pornográfico como modalidades crescentes no mercado de bens culturais. A ampliação do espaço ocupado pela comercialização do obsceno não aconteceria sem a contrapartida do consumo, se não respondesse a uma “necessidade” do consumidor. Não se

pode imputar apenas à engrenagem industrial a imposição de seus produtos. (ABREU, 1996. p.42).

Podemos perceber, diante disso, que a pornografia responde a certas necessidades dos leitores. Assim, como a mulher até então vista como o principal *nicho* para o consumo de produtos (COSTA, 2008), as revistas voltadas para o público masculino começaram a utilizar a revista de variedades aliadas ao erotismo, com o intuito de fisgar o homem para o universo capitalista: com a proposta de informações sobre carros, dinheiro, roupas, relógios e, claro, mulheres, deu ao homem um novo papel, o de consumidor dessa nova indústria cultural. Ao mesmo tempo, criavam-se novas redes de leitura, significação e interpretação destes textos, que extrapolavam a condição de homem consumidor para torná-lo produtor de discursos. Além de possuir coisas, o homem deveria cuidar de si, mediante a inspiração de práticas relacionadas nos artigos das revistas. Este se torna, então, um manual de *como ser homem*.

As discussões sobre o sexo que antes ficavam presas ao campo privado, à casa, ao quarto do casal (quando ocorria), agora poderia ser folheada em uma revista de uma banca de jornal. Estava aos olhos do público, possível de ser adquirido em meio às ruas. Eram páginas que misturavam mulheres nuas e saber-sexual, por meio de pesquisas científicas. Espiar esses problemas, esses lugares, esses interesses, levou muitos homens a comprá-las, na tentativa de desvendar seus segredos, suas palavras escondidas, seus gestos esquecidos e práticas veladas.

Ao lado disso, o momento da produção dessas revistas se funde, até certo ponto, com diversos acontecimentos políticos e culturais que eclodiram em 1968, *O ano que não terminou* (VENTURA, 2008), ano turbulento, com o assassinato de Martin Luther King e de Robert Kennedy, além de inúmeras manifestações, sobretudo estudantis, contra a Guerra do Vietnã e contra os regimes autoritários vigentes em diversos países do mundo, especialmente na América Latina. No Brasil, o ano foi marcado pela instituição do AI-5 pelo então Presidente Costa e Silva, com a censura aos impressos, mas também marcado pelo processo de modernização dos costumes, haja vista que outros países também questionavam os limites da sexualidade por causa dos movimentos sociais:

Quanto às formas diretas de ação cultural, o regime combinou uma política cultural repressiva e, sobretudo nos anos 1970, uma política cultural proativa. O tripé repressivo do regime era formado pela combinação de produção de informações, vigilância-repressão policial a cargo das Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), das inteligências militares e do sistema Codi/DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações e Informações) e censura, a cargo da Divisão e Serviços de Censura às Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (DPF/DCDP) e do Gabinete do Ministério da Justiça,

especificamente no caso do controle da imprensa. As três pontas atuaram sobre a área cultural, produzindo suspeitas e impondo silêncio sobre certos temas e abordagens. (NAPOLITANO, 2014, p.99-100).

A pornografia é o que colocaria em ordem toda essa diversidade heterogênea de discursos sexuais. Por essa razão, nosso foco reside nas primeiras edições das revistas erótico-pornográficas, para que possamos desconfiar das pretensas certezas de ambos os lugares de emergência de discursos e fazer aparecer o outro lugar sobre o papel da identidade.

“Escarafunchar” a pornografia oferece a oportunidade de encontrar documentos que não estão em todas as bibliotecas, nem nos arquivos, e, se estão, não ficam às vistas dos pesquisadores, como: revistas voltadas ao público masculino, produtos eróticos, discursos transgressivos, práticas sexuais “bizarras”, imagens eróticas e pornográficas considerados, por muitos, um material do qual o historiador não deveria fazer uso. No caso da imagem fotográfica, é válido concordar com Kossoy (1999), quando diz que a fotografia teria duas realidades. É preciso identificar o seu conteúdo, essas cenas congeladas no tempo e espaço, ao qual o testemunho, que é a realidade exterior, seria sua segunda realidade. A outra, a realidade interior, ou primeira realidade, é a que não está presente, mas é intuída – a história do tema, da situação, a criação da imagem, essa mais difícil de realizar pela dificuldade de encontrar os fotógrafos das revistas, ou a produção das mesmas. Mergulhou-se, então, no seu conteúdo, imaginando os fatos e as circunstâncias que acarretaram a cena, o contexto que foi representado.

O caráter indicial e iconográfico da fotografia não pode ser entendido isoladamente, mas deve ser vinculado ao processo de construção da representação. Esta é dada pelo processo de criação do fotógrafo, pelo uso dado à fotografia e pelas diferentes leituras dos receptores. Das realidades da imagem fotográfica, apenas a segunda é explícita, a iconográfica. O processo de reconstrução dela se dá por meio de imagens mentais, de conceitos do autor da representação e do observador que a interpreta segundo seu repertório cultural. Como aponta Kossoy, “[...] o signo, por um lado, é produto de uma construção/invenção, enquanto que a interpretação, não raro, desliza entre a realidade e a ficção. Tratam de processos de construção de realidades.” (1999, p.42).

Cabe observar, também, a importância dada à historiografia do período, que enfoca principalmente os estudos sobre repressão e censura, das Instituições, do exército, da função pública, da burocracia e assim por diante, no tipo de pessoas a que se dirigem ou ideologias elaboradas para justificar ou legitimar o papel do Estado, ficando as suas pesquisas, quase em sua totalidade, neste tipo de abordagem:

[...] o próprio termo “pornografia” designa uma realidade sobre a qual todos pensam não haver mistério algum: se a “sexualidade” se beneficia da aura de um autêntico problema filosófico, se o “erotismo” dá testemunho de um elevado grau de civilização, a pornografia é tida na conta daquela que remete o homem àquilo que ele tem de mais evidente e de mais elementar. Uma demonstração disso é o caráter eminentemente pejorativo do adjetivo “pornográfico”, cuja utilização basta para desqualificar tudo aquilo a que ela esteja associado. Assim como a palavra “panaceia”, que só é utilizada para dizer que algo não é único, a pornografia serve sistematicamente de polarização. (MAINGUENEAU, 2010, p.7).

No contato com as fontes, fica evidente que existia certa liberdade de publicar textos eróticos ou pornográficos, seja de forma “legal” ao passar pela Censura, mediante um processo de negociação diretamente com os agentes, por meio de jantares e conversas, seja por meios “ilícitos”, como o envio de um material e publicação de outro em seu lugar, ou simplesmente, como fez Carlos Zéfiro, por intermédio de um pseudônimo.

Isso revela que estudar apenas uma revista para compreender o período talvez não dê embasamento para entender essa “episteme pornográfica”. Por essa razão, entende-se que estudar os discursos sobre a pornografia ajuda a montar um painel sobre, não somente o que queriam a elite ou o povo, ou mesmo o governo, mas mostrar, como fez o filósofo historiador Michel Foucault, os diversos aspectos da vida moderna.

O olhar crítico sobre o período estudado mostra que os diálogos entre as variadas fontes apresentam mais dimensões para o trabalho historiográfico. A presente pesquisa evidencia a preocupação, cada vez mais recente, de se remeter à pornografia como um discurso consolidado, definido, o que, como mostrado aqui, revelou-se não ser. Tal discurso é fruto de uma suspensão do pensamento e, por este motivo, cada vez mais fadado a desencontros e indefinições. Portanto, faz-se necessária a delimitação de significados do erótico-pornográfico para os diversos grupos sociais. Colocar em questão as relações entre os diversos pontos de multiplicação de discursos sobre a pornografia é importante porque o posicionamento político (direita e esquerda) não era o suficiente para um consenso sobre o que era pornografia ou, pelo menos, sobre o que ela deveria positivamente significar.

A preocupação, nesse sentido, recai sobre recuperar as diversas clivagens dos discursos do período para a construção de uma identidade masculina. Desse modo, foi necessário, além do uso dos periódicos, que eram mais acessíveis e tinham uma grande tiragem, outras fontes entre imagens, literatura e cinema a fim de entender as ligações entre esses diversos tipos de fontes. A revista trazia críticas, informações, alusões, interesses e qualificações de todo tipo, como influência de artistas, literatos e acadêmicos, sendo, portanto, imprescindível entender essas relações.

Para condensar a questão, cabe salientar que, para entender essa identidade, que é formada por diversos elementos, às vezes conflitantes entre projeto e fato, entre discurso e

prática, torna-se necessário discutir a afirmação de uma identidade nacional ou defini-la como um termo plural (Identidades). As identidades estão situadas em um “mosaico de afirmações e negociações” (DaMATTA, 1986, p.18), não só com a produção nacional, mas também em nível internacional. Como se pode perceber, a pornografia, hoje, faz parte do cotidiano da sociedade brasileira e está situada em todas as esferas do cotidiano, tanto da vida pública, quanto da vida privada.

Dessa forma, pode-se definir a masculinidade como as qualidades ou características consideradas típicas e necessárias para um homem (CONNELL, 2013). O termo pode ser usado para descrever qualquer humano, animal ou objeto que tenham a qualidade de ser masculino. Isso pode ser observado na história de Carlos Zéfiro, *Vida, Paixão e Morte de um Sofá* (ZÉFIRO, 1987), em que o sofá narra sua própria história sobre todos os lugares onde esteve. O interessante, neste caso, é que ele sempre se refere ao sofá no masculino: “Quanta bunda boa sentou na minha mola máscula”. A narrativa se desenvolve de maneira a situar uma série de relações sexuais em cima dele: prostitutas, moças virgens, médicos e clientes, tios e sobrinhas, empregadas, irmãos e irmãs.

Essa orgia descrita, assim como em muitas outras práticas em textos de nossa cultura, exalta as características básicas da masculinidade, que impõe um determinado discurso do qual nenhum homem deve escapar, no qual incluem em suas características as capacidades físicas (a força), a coragem, a maestria, a honra e a liderança. Dessa forma, o masculino (o homem viril) entrou em crise e já não é mais a ele permitido o espaço para se expressar de uma forma diferente, sendo taxado de doente, broxa, imbecil ou “afeminado”. Não pode, assim, ser considerado homem (CORBIN, 2013).

Com isso, o conceito acabou por criar divisões entre o masculino e feminino, divisões essas que ainda insistem em permanecer em nossa sociedade. Nas análises, no objetivo e nos projetos das revistas eróticas, fica evidente que essas produções eram lidas e consumidas pela comunidade homoerótica, adolescentes e mulheres que discutiam, por intermédio das seções de cartas aos leitores, a definição de homem. Assim, ao contrário do que se afirma, a revista, apesar de ser voltada ao público masculino, era consumida pelo público em geral.

Os homens que se identificaram com tais revistinhas, estabeleceram subjetividades com base em uma luta de poderes. Tal abordagem está interligada ao processo de afirmação das identidades, que leva a pensar sobre o real poder do sexo verdadeiro:

Será que precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo? Com uma constância que beira a teimosia, as sociedades de Ocidente moderno responderam afirmativamente. Fizeram circular obstinadamente essa questão do ‘verdadeiro sexo’ numa ordem de coisas em que se podia

pensar que apenas a realidade do corpo e a intensidade dos prazeres contam. (FOUCAULT, 2000, p.82).

Essa relação entre a identidade e o “verdadeiro sexo” é importante para a definição do limite, tanto quanto possível, do eu-sexual, e, por essa razão, vale destacar a importância dos conceitos psicanalíticos de Freud e seus críticos, conforme aponta Peter Gay, em seu livro *Freud para historiadores*, sobre a necessidade de o historiador sair em busca de uma “História instruída pela psicanálise” (GAY, 1989, p.9). Com base nessas considerações, observa-se que as revistas erótico-pornográficas já haviam sido instauradas em vários países, como EUA, Inglaterra, Suécia, Holanda, Japão e México. Na sociedade ocidental, esse projeto global já se iniciara na década de 60, naquela que ficou conhecida como *Guerras Púbicas (Pubic Wars)*, uma guerra editorial entre as revistas *Playboy* (EUA, 1953) e *Penthouse* (Inglaterra, 1965, lançada depois nos EUA, em 1969) em torno das publicações consideradas eróticas ou pornográficas, os limites transpassados, o primeiro nu frontal, a primeira cena lésbica, o primeiro nu com e sem pelo pubiano.

Nesse encaixe, quando essa guerra chega ao Brasil, apenas a revista *Playboy* se torna o modelo para as outras revistas. O erotismo normalizado de *Playboy* torna-se o único aceito pela sociedade brasileira:

É preciso persuadir as pessoas a comprar. E é preciso, mais do que nunca, administrar os comportamentos para gerir a nova economia: reprogramar as pessoas. As pessoas, que terão, além do trabalho de ganhar dinheiro, o trabalho de gastá-lo, precisam ser treinadas para estas novas ocupações. O consumo é associado ao gozo e este roça no sexo. O fetiche de Marx se mistura ao de Freud. É nesse quadro que o *playboy* se faz modelo e sua promiscuidade sexual exemplar: aprende-se a desejar o desejo do outro. (SAGGESE, 2008, p.7).

Dessa forma, esse tipo de revista como fonte histórica cria discursos, seja por meio do uso de escritores, de imagens ou dos aspectos como produção, circulação e mesmo apropriação. Isso permite identificar dois grupos de periódicos: as revistas consideradas eróticas e as revistas pornográficas. Apesar de, no presente estudo, não se fazer a distinção entre ambas, nesse período elas tinham um objetivo de classificação. Entre elas há tipos diferentes de formas, texturas, objetivos e público-alvo. As formas de produção são diferenciadas, assim como a circulação entre as cidades e o significado para os leitores, produtores, desenhistas e escritores. Essas características levaram à escolha desses modelos que foram considerados pela sua repercussão, pelo número de vendas dessas revistas, suas particularidades e pelos grupos específicos de leitores:



[...] Logo, a atração suscitada pela revista como documento, tornou-a irresistível, conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros – formato, papel, letra, ilustração, tiragem – sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nas, hoje, velhas e amarelecidas publicações. Tem-se ali registro múltiplo, do textual ao iconográfico, do extra texto – reclame ou propaganda – à segmentação, do perfil de seus proprietários àquele dos consumidores. Texto, imagem, ilustrações, reclames e seções – em princípio, independentes de análise mais profunda –, evocam em seu conjunto, de imediato, o quadro histórico em que se pretende transitar. (MARTINS, 2003, p.60).

Dessa forma, para contrastar com a visão moralista e normativa das revistas eróticas no modelo *Playboy*, propõe-se apontar, aqui, o estudo de outro tipo de discurso, o discurso transgressor das histórias em quadrinhos (HQ). As histórias de Carlos Zéfiro e os quadrinhos da Editora Edrel/Grafipar aparecem como uma ferramenta ficcional importante, ao mostrar não ser necessário recorrer aos limites da realidade para criar novos discursos, ao contrário da fotografia, que impõe uma determinada “realidade”, a ferramenta ficcional dá aos quadrinhos, mais liberdade de criação, desenvolvimento e extremidades em seus discursos. Dessa forma, entendemos que as HQs se tornaram uma importante fonte.

Essas regulamentações também chegaram ao Brasil, mas entraram em guerra com as publicações de caráter “abrasileirado” com influências nipônicas, de Minami Keizi e Cláudio Seto, que ganharam dinheiro com dezenas de títulos de vendagem expressiva e estabeleceram o estilo *mangá* no Brasil. A editora Edrel, além de publicar 100% de material nacional, criou uma série de discussões sobre os quadrinhos nacionais, como se pode observar em seus editoriais. No livro de Gonçalo Jr., *Maria Erótica e o Clamor do sexo* (2010), é contada tal história do mangá no Brasil. Os ilustradores Claudio Seto e Fernando Ikoma, por exemplo, criaram temas polêmicos, como a inclusão do incesto e lesbianismo nos quadrinhos, fizeram adaptações de escritores como Bocage e também de histórias infantis aliadas ao erotismo, e estabeleceram definições de sadomasoquismo e *bondage* com a famosa heroína Maria Erótica.

A partir destas contestações, para utilizar as HQs eróticas como um documento histórico é necessário reconstituir esse universo de heroínas sexuais e homens viris que tentam dominar o mundo e afirmar sua necessidade de “ser homem”. Além de considerá-la uma representação social, foi possível perceber o funcionamento desta fonte enquanto produtora de memórias. Ela se torna uma transgressora de discursos, por ser capaz de falar aquilo que não pode ser dito no público, e acaba por estabelecer as regras acerca de como o homem deveria ser. Diante disso, é preciso analisá-la enquanto linguagem e examinar seu(s) discurso(s): “[...] quais são, por que e para quem são produzidos, que projetos

(políticos, sociais, culturais, econômicos) buscam tornar realidade e que memórias sociais buscam construir, reforçar ou silenciar.” (INSUELA, 2012, p.8).

A coexistência, no seio da sociedade brasileira, de vários discursos conflitantes, com uma produção discursiva em expansão e extremamente confusa em seus significados, evidencia certa preocupação com a invasão da sexualidade e da pornografia vinda do exterior. O erotismo e a pornografia influenciaram visivelmente as produções artísticas e culturais, e, por fim, fez com que tivessem “origem” as revistas ilustradas ao público masculino. A modernização deste tipo de periódico mudou com o tempo e levou à construção de uma nova visão sobre o homem brasileiro, conforme atesta a revista *Realidade*, em junho de 1968:

Francesas, inglesas, americanas, canadenses, italianas, alemães, japonesas e argentinas são oferecidas todo mês a um público que paga de 6 a 15 cruzeiros novos e cujas preferências seguem um critério bem simples: a melhor revista é a que tem mais mulheres. Para escolher, há umas trinta publicações – mais de 5 mil exemplares –. Trazendo em média entre 100 e 120 poses nas suas setenta ou oitenta páginas. Nem sempre é fácil dizer o que é o que na enxurrada de títulos disponíveis numa banca. Para o Juizado de Menores de São Paulo, que de 1961 a 1966 proibiu a venda de 85 publicações, trata-se de literatura “altamente imoral, ofensiva aos bons costumes e de caráter obscuro”. Mas há quem prefira distinguir revistas eróticas e revistas pornográficas. “As primeiras”, diz o publicitário Roberto Duailibi, diretor da Standard Propaganda, “mostram a beleza, a nudez e a sensualidade num contexto de sofisticação e cultura. As outras exploram o erotismo sem inteligência nem bom gosto.” (*Revista Realidade*, jun. 1968, p. 15).

Essa distinção sempre remete a uma dissociação entre “beleza, nudez, sensualidade, sofisticação e cultura” e outra “sem inteligência, nem bom gosto”, ou seja, existe uma que é aceita pelas classes dirigentes, pela burguesia, e outra que é taxada, desqualificada, com o nome de “pornografia”, com um produto consumido apenas pelas classes populares. Muitas dessas revistas eram importadas, trazidas muitas vezes por contrabando, e feririam a moral e os bons costumes, consideradas revistas de “mal gosto”. Essa concepção de moralidade estava mais ligada a uma luta semântica e seus significados, do que apenas censura por parte do governo. Ao analisar as revistas pornográficas, os jornais, os documentos e a legislação, percebe-se que o governo não queria apenas proibir a pornografia, mas controlá-la. Intentavam a controlar suas imagens e seus discursos. Como mostram os documentos do boletim do SNI, a pornografia foi vista, controlada e selecionada bem de perto.

Com as novas tecnologias de impressão cada vez mais sofisticadas, os diversos modos de produzir pornografia dos vários países trouxeram ao Brasil uma modernidade

globalizada, com influências de sexualidades, cores, imagens, estilos e visões de mundo ainda não conhecidas no país.

Entende-se que a proposição de um trabalho sobre periódicos, em um período tão extenso e que possui uma bibliografia tão ampla, poderia apresentar diversos problemas. Por esta razão, seria necessário restringir às «primeiras edições», com o intuito de observar os projetos das revistas:

Tarefa bastante árdua, em que o historiador deve cumprir duas etapas: descobrir o periódico que lhe é útil e investigar nêle os elementos que lhe permitirão realizar uma análise crítica. Jacques Kayser propõe, como regras dessa análise, a investigação sobre a origem da informação que o periódico contém e sobre sua data. Recomenda, ainda, cuidado com as aspas, traduções, ilustrações (as mesmas servem, em publicações diferentes, para justificar afirmações contrárias), e confronto do periódico estudado com outros competidores da região, adversários e simpatizantes. (CAMARGO, 1971, p.220).

Seguindo os passos necessários, um trabalho como esse apresentaria uma grande gama de fontes, focados nos jornais, em primeiro momento, para melhor situar o lugar da pornografia na sociedade e o que ela escrevia e entendia como pornográficas. Em um segundo momento, dedicar-se-ia às análises dos conteúdos das revistas, das mais *softcore* e depois as *hardcore*.

## Considerações Finais

O lugar da pornografia na sociedade brasileira revela uma dispersão dos discursos em toda rede social: jornais, revistas, documentos oficiais, legislação, livros de medicina e revistas diversas, demonstrando uma articulação para a criação de uma «episteme pornográfica», considerada aqui como uma certa racionalização de como tratar a sexualidade e a masculinidade, dentro das transformações ocorridas no período estudado.

A pornografia começa a ser normalizada com a revista *Playboy* e as novas revistas masculinas. Assim, por intermédio das revistas *Playboy*, *Penthouse*, *Private* e *Hustler*, criou-se uma série de normalizações e transgressões do discurso pornográfico e instaurou-se uma nova rede de discursos sobre a sexualidade. De início, com a criação da versão brasileira de *Playboy* com o nome de *A Revista do Homem*, começou a aparecer um determinado discurso sobre o homem-moderno, uma nova forma de “ser homem” por meio de matérias, propagandas e opiniões dos leitores. Até a mudança do nome para *Playboy*, foi o modelo mais efetivo de revista erótica, que transformou o modo como vemos a masculinidade através do discurso heteronormativo.

Em um último momento, ao desnudar a Ditadura Militar, insere-se um discurso mais próximo da pornografia consumida pelas classes populares, as revistas em quadrinhos eróticos, como os catecismos de Carlos Zéfiro, as publicações das editoras Edrel e Grafipar e as revistas de cunho *hardcore* como as fotonovelas.

O grande catequista Zéfiro – e seus herdeiros –, pelo dispositivo do anonimato, exerceu a função de autoria de sua obra e levou os brasileiros a apreender mais sobre a sexualidade do que por meio da escola. Seu ideal de homem também abriu novos espaços para um modelo múltiplo de homem brasileiro, inclusive com histórias sobre o Brasil, incesto, ridicularização de heróis e personagens históricos, e do imaginário brasileiro, em uma relação de prazer e poder.

Dos Almanques aos *Quadrinhos Eróticos*, as revistas *hardcore* trouxeram novas funções, táticas e estratégias que, pela ferramenta da ficção, criaram transgressões nos discursos misturando literatura, terror e psicologia ao erotismo e à pornografia, abrindo espaço para criar imagens como a *Maria Erótica* que disseminou um ideal sadomasoquista, de violência sexual e do sexo sem limites. E também as revistas cada vez mais *hardcore* que começaram a aparecer com a abertura política, como no caso das fotonovelas, que acabaram impactando a revolução sexual brasileira e ajudando a consolidar discursos considerados pela sociedade como subversivos de sexualidade periférica. Nesse momento, as revistas entram em decadência e dariam lugar aos filmes explícitos, o que coloca fim à busca por uma identidade masculina por intermédio de revistas eróticas e pornográficas.

**Recebido em: 02/09/2015**

**Aprovado em: 19/10/2015**

## **FONTES**

*A revista do Homem*. São Paulo: Editora Abril, nº 1, Agosto de 1975. P, 3

*Jornal Diário do Paraná*. Curitiba-PR, Domingo, 5 de setembro de 1971.

*Revista Eros-Quadrinhos Eróticos*. Editora Grafipar, Curitiba-PR, nº 01, 1978.

*Revista Realidade*. Uma publicação da editora Abril. São Paulo-SP. Junho de 1968.

**REFERÊNCIAS**

*A revista do Homem*. São Paulo: Editora Abril, nº 1, Agosto de 1975. p. 3.

ABREU, Nuno César. *O Olhar Pornô: A Representação do Obsceno no Cinema e no Vídeo*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*; Trad. Renato Aguiar. – 2º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio*. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. p. 239.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21(1), n. 424, p. 241-2812, jan./abr. 2013.

CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges; COURTINE, Jean-Jacques. (Orgs.). *História da Virilidade*. São Paulo: Editora Vozes, 2013.

COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo: as representações femininas na Revista Claudia (1961-1985)*. 2008, 237f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

DaMATTA, Roberto. *Explorações. Ensaio de Sociologia Interpretativa*. Editora Rocco, Rio de Janeiro – RJ, 1986.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. I: a vontade de saber*, 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade, política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GONÇALO JUNIOR. *Maria Erótica e O Clamor do sexo. Imprensa, Pornografia, Comunismo e Censura na Ditadura Militar 1964/1985*. São Paulo: Peixe Grande, Editoractiva, 2010.

INSUELA, Júlia Bianchi. Apresentação. In: *1º Seminário de Pós-graduandos em História da UFF*. – Anais... Niterói, RJ: PPGHISTÓRIA-UFF, 2012. p. 6-10.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. Ateliê Ed., São Paulo, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARTINS, Ana Luiza. *Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras*. *História*. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 59-79. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v22n1/v22n1a03.pdf> Acesso em: 15 jul. 2014.

MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. In: *Tempo*, Rio de Janeiro-RJ, v.1. n.2., p.73-89,1996.

NAPOLITANO, Marcos. 1964. A história do Regime Militar. 1. ed. – São Paulo: Contexto, 2014.

POLI, Maria Cristina. *Feminino, Masculino: A diferença sexual em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007

PRECIADO, Beatriz. “Tecnogênero”. In: PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Editora Espasa Calpe, 2008.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise. ; QUADRAT, Samantha. (Orgs.) *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, v.2– Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PRIORE, Mary del. *Histórias Intimas. Sexualidade e erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.

REVISTA EROS-Quadrinhos Eróticos. Editora Grafipar, Curitiba-PR, nº 01, 1978, p. 2

REVISTA REALIDADE. Uma publicação da editora Abril. São Paulo-SP. Junho de 1968, p. 15

SAGGESE, Antonio José. *Imaginando a Mulher: Playboy, O Pôster e seus Desdobramentos*. 2008, 421f, Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VARGAS LLOSA, Mario. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Tradução Ivone Benedetti. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2013.

VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. São Paulo, Planeta do Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. 1968: o que fizemos de nós. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil Ltda, 2008.

WALKER, Brooks. *A nova imoralidade*. Arte Nova. Rio de Janeiro – Gb, 1974

ZÉFIRO, Carlos. Vida, Paixão e Morte de um Sofá. In: D´ASSUNÇÃO, Otacílio. *O quadrinhos erótico de Carlos Zéfiro*. Rio de Janeiro: 4ª. Ed. Record, 1987.